

O DISCURSO DESINFORMATIVO SOBRE A FLORESTA AMAZÔNICA*

THE DISINFORMATIVE DISCOURSE ON THE AMAZON RAINFOREST

Jakeline Modesta Almeida Fachin¹

Thiago Cury Luiz²

Mayara Oliveira de Campos³

Michèle Sato^{4†}

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar as notícias falsas envolvendo a floresta amazônica, disseminadas nas redes sociais. Para isso, faremos um estudo da plataforma de checagem *Fakebook.eco* no ano de 2021, para identificar, em suas sessões, as narrativas falsas que buscaram confundir a opinião pública acerca dos crimes ambientais cometidos no bioma. Concluímos que as informações irreais ou enganosas fazem adesão ao negacionismo e buscam diminuir a gravidade da situação na Amazônia, cujo território sofre com desmatamentos constantes ocasionados pelo agronegócio.

Palavras-chave: Amazônia; desmatamento; negacionismo; desinformação, *fakebook.eco*.

Artigo Original: Recebido em 29/09/2024 – Aprovado em 20/11/2024 – Publicado em: 17/12/2024

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente na Secretaria de Estado de Educação (Seduc/MT), Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil. e-mail: jake.fachin@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2628-6639> (autora correspondente).

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor-adjunto do Departamento de Comunicação Social e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGCOM/UFMT), campus Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. e-mail: thiago.lui@ufmt.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1196-8124>

³ Graduada em Comunicação Social – habilitação em jornalismo, pela Faculdade de Comunicação e Artes (FCA/UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. e-mail: mayara.oliv@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8703-1437>

⁴ Doutora em Ciências, professora titular e pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. e-mail: michelesato@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9834-4642>

† In memoriam.

* Artigo apresentado no Seminário de Educação – Semiedu, 2022.

Abstract

This article aims to identify fake news involving the Amazon rainforest, disseminated on social networks. To do this, we will study the Fakebook.eco fact-checking platform to identify, in its sessions, false narratives that seek to confuse public opinion about the environmental crimes committed in the biome. We concluded that unrealistic or misleading information adheres to negationism and seek to diminish the seriousness of the situation in the Amazon, whose territory suffers from constant deforestation caused by agribusiness.

Keywords: Amazon; deforestation; negationism; disinformation, fakebook.eco.

1 Introdução

As mudanças ambientais e climáticas já são uma realidade que podem ser percebidas e sentidas por todos/as no globo terrestre. Mesmo diante de evidências e comprovações científicas, a disseminação de notícias falsas com o intuito de manipular e confundir a opinião pública acerca dos assuntos ambientais, tem se multiplicado.

Segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que realiza o monitoramento e mapeamento oficial das perdas anuais de vegetação nativa na Amazônia legal, o ano de 2020 registrou recorde em desmatamento na Amazônia, tendo os últimos 12 anos como referência histórica. Porém, em 2021, até o mês de julho, houve um aumento de 21,97% em relação ao ano anterior, configurando como a maior taxa de desmatamento desde 2006 e a terceira alta consecutiva nos três anos de mandato do governo Jair Bolsonaro (Sampaio, 2021).

Os dados oficiais mostram ainda que, nos estados que historicamente vêm liderando o desmatamento na Amazônia Legal, como Pará (39,72%) e Mato Grosso (17,10%), houve um aumento substancial em relação a 2020 (Bourscheit, 2021). Esses dados demonstraram que a preservação ambiental não era pauta prioritária para o governo do então presidente Jair Bolsonaro (2018-2022). Em paralelo, verificou-se o desmantelamento dos órgãos de fiscalização, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Em meio a esse cenário de degradação, outro fator que permeia o debate em torno das questões ambientais são as informações falsas disseminadas, principalmente, entre os meios digitais de comunicação. Durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro, houve uma amplificação da disseminação de desinformação por meio de notícias fraudulentas. A população foi constantemente provocada por narrativas falaciosas, muitas vezes criadas pelo

próprio ex-presidente da República e disseminadas nas redes sociais, buscando confundir a opinião pública e esconder os dados reais.

Diante disso, as agências de checagem de fatos buscaram combater as mentiras produzidas acerca do desmatamento na Amazônia e de outros temas importantes que têm sido alvo do fenômeno da desinformação, utilizando argumentos pautados em comprovações científicas. Com isso, a pretensão do *fact-checking*, ou checagem dos fatos, é confrontar as informações com dados, pesquisas e registros, e assim, atenuar os danos causados pela desinformação (Fonseca, 2017).

Em meio a esse cenário de degradação ambiental e de circulação de informações falsas que confundem a opinião pública, as agências de checagem de fatos buscam combater narrativas fraudulentas com comprovações científicas em busca de mobilizar a sociedade em torno da conjuntura de destruição em que a Amazônia está inserida.

Nesse sentido, nosso problema de pesquisa gira em torno da seguinte questão: quais são as características do discurso desinformativo que circundaram o desmatamento da Amazônia durante o ano de 2021, na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro?

Como objetivo, buscamos identificar as características das informações falsas que permeiam o debate sobre o desmatamento na Amazônia. Para isso, escolhemos a plataforma de checagem *Fakebook.eco* para a realização desta pesquisa e foi delimitado como recorte temporal o ano de 2021.

A metodologia privilegiada foi a análise de conteúdo, por se configurar como uma das possibilidades de análise dos dados na pesquisa qualitativa, tendo como referência a presença ou ausência de um elemento em um determinado recorte (Santos, 2012).

2 Contextualização da pesquisa

A Amazônia brasileira sempre esteve na mira da exploração e na atualidade é o principal alvo da expansão mineradora no Brasil. A história da Amazônia sempre foi marcada por projetos pensados fora dela, suas populações locais sempre ficaram à margem da instituição de grandes projetos econômicos. Pode-se falar explicitamente de uma invisibilidade da realidade e demandas dos povos tradicionais da região (Araújo; Belo, 2009). Como consequência, as diversas atividades mineradoras no Pará, Amapá, Roraima, Amazonas e Rondônia vêm

acarretando sérios problemas ambientais e de saúde pública, fora as atividades ilegais em terras indígenas que trazem impactos diretos a populações originárias (Fearnside, 2019).

Um estudo realizado pelo Greenpeace Brasil (2019) demonstrou que o principal motor de desmatamento da Amazônia é a cadeia produtiva da pecuária. Em 2009, investigações feitas pelo Greenpeace e pelo Ministério Público Federal escancararam ao mundo o papel do gado na destruição da biodiversidade amazônica. Em consonância, Rob Wallace (2020) explicita que o agronegócio é o maior responsável por gerar ambientes apropriados para a produção em escala de novos patógenos e por remover obstáculos imunológicos dos ambientes naturais que poderiam retardar a transmissão de uma nova doença. Acrescenta ainda, que “a expansão do agronegócio e a transformação da terra em ativo financeiro estão historicamente ligadas ao surgimento de uma série de doenças” (Wallace, 2020, p. 20).

Um estudo publicado na revista *Nature Climate Change* (2022), revelou que o ritmo de degradação acelerado da floresta amazônica tem levado à perda de sua capacidade de manutenção, chegando em um ponto de não retorno (Boulton; Lenton; Boer, 2022). Conforme o estudo, três quartos da floresta apresentam resiliência cada vez menor contra secas e outros eventos climáticos adversos, portanto, estão menos capazes de se recuperar, o que pode levar a um colapso parcial ou total da floresta (Boulton; Lenton; Boer, 2022).

Diante desse cenário de destruição, temos ainda outro fenômeno que causa grande preocupação pela sua capacidade de rápida propagação semelhante a um vírus. O “vírus” da desinformação contamina o sistema cognitivo das pessoas e causa um fenômeno massivo de divulgação de informações falsas, amplificado pelas possibilidades que os recursos tecnológicos oferecem, atingindo muitas pessoas de forma instantânea.

Isso tem gerado efeitos negativos em países de todo o mundo. No Brasil, esse fenômeno, além de ter sido incorporado ao cotidiano das pessoas, ainda foi potencializado por grupos políticos que utilizaram desses espaços para circular conteúdos de acordo com seus vieses ideológicos e interesses políticos (Recuero; Soares, 2020). E se amplificou no contexto de embate político e de narrativas que tem como aliada as mídias sociais, em uma disputa por visibilidade e legitimação (Recuero; Soares, 2020).

Durante a pandemia da COVID-19, esse fenômeno aumentou de proporção, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a descrevê-lo como infodemia (Who, 2022). Nesse cenário, surge a expressão “*fake-news*”, uma das formas de manifestação da desinformação. As

fake-news divulgadas sobre a COVID-19 contrariavam as recomendações dos órgãos nacionais e internacionais de saúde, assim como se opuseram às evidências e pesquisas científicas.

A disseminação do discurso desinformativo gerou percepções erradas por meio da circulação de notícias falaciosas, principalmente em plataformas digitais como redes sociais e aplicativos de mensagens. Para isso, utilizam-se de elementos do jornalismo contendo falsidade total ou parcial a respeito da discussão levantada (Recuero; Grudz, 2018).

Nessa disputa de narrativas, o negacionismo ganhou espaço e fomentou a desconfiança na ciência. O negacionismo não é um fenômeno novo e “[...] tem sido empregado como recurso para evidenciar temas que chamem atenção da opinião pública ao mesmo tempo que minimiza outros para servir a interesse políticos” (Ferrari; Boarini, 2020, p.39).

Nesse contexto de polarização política, a disputa de narrativas pode impactar no futuro da nossa sociedade. Nesse sentido, compreender esse fenômeno de negação do conhecimento científico se configura como “um dos combates mais duradouros e desafiadores da nossa era” (Ferrari; Boarini, 2020, p. 39).

3 Metodologia

Para realizar este estudo, a metodologia privilegiada foi a análise de conteúdo que se configura como uma das possibilidades de interpretação e compreensão dos dados na pesquisa qualitativa. A análise de conteúdo se constitui de várias técnicas para descrição do conteúdo por meio de falas ou textos (Bardin *apud* Santos, 2012). Desse modo, compreende técnicas de pesquisa que possibilitam a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação e admite “[...] o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos” (Cavalcante, *et al.*, 2014, p. 14).

Além disso, a análise de conteúdo “propõe a apreensão de uma realidade visível, mas também de uma realidade invisível, que pode se manifestar apenas nas ‘entrelinhas’ do texto, com vários significados” (Cavalcante, *et al.*, 2014, p.15). Nesse sentido, buscamos nas ‘entrelinhas’ das reportagens selecionadas a realidade que se manifesta muitas vezes de maneira implícita. Para este autor, “o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (Cavalcante, *et al.*, 2014, p. 16). Ou seja, é um processo de redução do texto às palavras e

expressões significativas, a partir das quais serão propostas inferências, relacionando-as com o quadro teórico (Minayo, 2007).

Para obter as informações analisadas neste estudo, utilizamos a plataforma de checagem “*Fakebook.eco*” e selecionamos na seção “verificamos”, as aferições do ano de 2021 vinculadas ao bioma Amazônia. Esse recorte temporal se deu pela possibilidade de analisar acontecimentos mais recentes na floresta Amazônica, que tem sido alvo de ataques constantes no atual governo. Desse modo, o corpus desta pesquisa é composto por 15 “unidades de registro” (Santos, 2012, p. 385), relacionadas na Tabela 1 e que se manifestam em checagens realizadas pela plataforma “*Fakebook.eco*”.

TABELA 1 - AFERIÇÕES SOBRE O DISCURSO DESINFORMATIVO QUE ENVOLVEU A FLORESTA AMAZÔNICA NO ANO DE 2021, CHECADAS PELA PLATAFORMA *FAKEBOOK.ECO*

Unidade	Data	Título
1	12/01/2021	Sob Bolsonaro, multas do Ibama caem para menor nível em duas décadas (Fakebook.Eco, 2021a)
2	15/01/2021	Soja da Amazônia não é livre de desmatamento (Fakebook.Eco, 2021b)
3	10/02/2021	Com fogo em alta e multas em baixa, governo aborta operação militar na Amazônia (Fakebook.Eco., 2021c)
4	23/02/2021	Projeto ambiental de R\$ 500 milhões não sai do papel há dois anos (Fakebook.Eco, 2021d)
5	18/03/2021	Bancada ruralista divulga informações falsas em defesa da “regularização fundiária” (Fakebook.Eco, 2021e)
6	30/03/2021	Carla Zambelli espalha dados falsos sobre Amazônia em live (Fakebook.Eco, 2021f)
7	05/05/2021	Salles mente sobre orçamento e Fundo Amazônia em audiência na Câmara (Fakebook.Eco, 2021g)
8	08/06/2021	É falso que fiscalização ambiental foi “intensificada” como afirma governo Bolsonaro para rebater The Economist (Fakebook.Eco, 2021h)
9	15/06/2021	Sob Bolsonaro, “congelamento” de propriedades na Amazônia cai 85% (Fakebook.Eco, 2021i)
10	13/07/2021	Mourão reduz a própria previsão da meta de desmatamento (Fakebook.Eco, 2021j)
11	28/07/2021	Leite repete Salles e desinforma sobre combate ao desmatamento (Fakebook.Eco, 2021l)
12	24/08/2021	Embaixada brasileira em Washington espalha desinformação sobre incêndios florestais (Fakebook.Eco, 2021m)
13	21/09/2021	Bolsonaro volta a mentir na ONU sobre meio ambiente (Fakebook.Eco, 2021n)
14	05/10/2021	Brasil é o quarto maior emissor histórico de CO2, confirma estudo (Fakebook.Eco, 2021o)
15	19/11/2021	Em três anos, multas caem 39% e desmatamento sobe 53% (Fakebook.Eco, 2021p)

FONTE: próprios autores, 2022.

Cientes de que a degradação ambiental na Amazônia é agravada pelo desmatamento, um dos principais gargalos ambientais do país, que se intensificou nos últimos anos devido aos ataques investidos pelo atual governo contra a floresta, optamos por selecionar as unidades de

registro que trazem em seu bojo o debate ambiental na Amazônia. A preservação desse bioma tão ameaçado é pauta mundial e as consequências da devastação da floresta estão além das fronteiras geográficas.

Em busca de compreender uma parte de como as agências de checagens vêm trabalhando para mitigar os prejuízos causados pelo discurso desinformativo que permeia os meios de comunicação, selecionamos as 15 unidades de registro abaixo que apresentam relação direta com a floresta Amazônica. Dessas unidades de registro, buscamos identificar e analisar duas categorias a seguir: (i) manipulação de informações sobre o desmatamento na Amazônia; (ii) desmonte dos órgãos ambientais.

4 Resultados e discussão

Na primeira categoria (i), percebe-se que, a maioria das unidades apresentadas na tabela 1, traz dados distorcidos sobre a real situação da floresta. Nesse viés, verificamos que as unidades 10, 11, 13, 14 e 15 revelaram as tentativas frequentes de manipulação de informações sobre o desmatamento da Amazônia. De acordo com Rodrigues, Bonone e Mielli (2020, p. 37), “As notícias falsas se transformaram em tática eleitoral de largo alcance, graças ao uso massivo das redes sociais e do uso de dados pessoais privados para definir as estratégias de direcionamento”.

A partir de 2019, ano em que o então presidente da república Jair Bolsonaro tomou posse, houve um aumento significativo no desmatamento da floresta, registrando taxas nunca vistas antes. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o ano de 2021 teve um aumento de 75% na área desmatada, se comparada a agosto de 2018, último ano de medição anterior ao início da gestão de Bolsonaro (Sobrinho, 2022).

O desmatamento que tem levado à degradação de grande parte dos biomas brasileiros promove vulnerabilidade dos ecossistemas, ameaça à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, além de ser um dos fatores responsáveis pela alteração da composição da atmosfera e do colapso climático em curso (Artaxo, 2020). Os dados do PRODES (2022) revelaram que no ano de 2020, houve o pior desmatamento dos últimos 12 anos. Mesmo diante de dados comprobatórios, a Secretaria de Comunicação da presidência afirmou, em novembro de 2021, que o Brasil é um dos países que mais preservam suas florestas no mundo, sem mencionar a alta consecutiva do desmatamento. Exaltou ainda a aplicação de mais de 15 mil

multas na Amazônia, mas deixou de informar que esse é o patamar mais baixo das últimas duas décadas, como demonstrou a unidade 15.

Já na unidade 14, Bolsonaro afirmou em carta a Joe Biden (presidente dos Estados Unidos) que o Brasil responderia por apenas 1% das emissões históricas de gás carbônico - CO₂ (um dos gases que acelera o aquecimento global). A plataforma buscou e comprovou que o Brasil é o quarto país que mais contribuiu para emissões históricas de CO₂, responsável por 5% das emissões no período de 1850-2021, principalmente devido ao desmatamento descontrolado.

A unidade 13 constatou que houve manipulação das informações na 76ª assembleia-geral da ONU, em setembro de 2021, quando Bolsonaro afirmou que 84% da floresta amazônica estava intacta. Os dados revelaram que o Brasil é o país que mais desmatou florestas primárias no mundo, durante o ano de 2020. A unidade 7 demonstrou a tentativa do vice-presidente ao anunciar uma meta de redução do desmatamento da Amazônia, que, quando verificada, significava um aumento e não uma redução, além de ser uma meta mais frouxa do que a apresentada no ano de 2020.

A unidade 11 verificou sobre um documento publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que visava a divulgação de esforços e resultados alcançados no combate do desmatamento e queimadas. Porém, foi detectado que o Ibama cancelou 44,5% das operações planejadas, resultando em uma queda no quantitativo de multas aplicadas. O MMA culpou a pandemia de COVID-19 pela diminuição da fiscalização, sendo que poderia ser feita remotamente. Sobre as questões referentes ao desmonte nos órgãos ambientais pelo atual governo, trataremos no próximo tópico.

A partir da análise das checagens apresentadas, percebemos que o discurso desinformativo foi uma das ferramentas utilizadas pelo governo federal e seus aliados para omitir, manipular dados e confundir a população em relação ao debate ambiental, objeto de nosso estudo neste texto. Um dos efeitos colaterais desse complexo sistema de manipulação é o chamado ‘efeito ressonância’, que usa a inteligência artificial para produzir sugestões personalizadas a cada indivíduo, reforçadas pela repetição e provocando um efeito de câmara de eco, na qual as próprias opiniões são refletidas de volta, isso provoca polarização e pode destruir intencionalmente a coesão social resultando numa fragmentação da sociedade (Helbing *et al.*, 2017, *apud* Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020). Conforme Zanatta (2018), a organização

de uma ‘economia da desinformação’ ameaça à democracia e tem sido utilizada por movimentos políticos que utilizam de aplicações de internet.

A categoria (ii) que trata do desmonte dos órgãos ambientais promovida pela gestão do então presidente Bolsonaro, também esteve muito presente nas unidades analisadas. Foram constantes os ataques aos órgãos ambientais por parte do Governo Federal e seus Ministros, que buscaram desmontar e flexibilizar a legislação ambiental para facilitar a exploração na Amazônia sem que houvesse criminalização dos responsáveis. Como o então presidente tinha como estratégia a disseminação de um discurso falacioso, os órgãos ambientais também foram alvo de muita desinformação.

Uma das formas de se combater o desmatamento é intensificar a fiscalização e durante governo do presidente Bolsonaro, os ataques constantes aos órgãos fiscalizadores inviabilizou essa ação. Como reflexo disso, verificou-se que no ano de 2021 houve um aumento no desmatamento em todos os biomas do Brasil. O Relatório Anual de Desmatamento do Brasil (RAD), do MapBiomas, revelou que houve um aumento de 20% em relação ao ano anterior onde a Amazônia tem sido o grande alvo, concentrando 59% do desmatamento. Já o Cerrado teve 30% de sua vegetação devastada e no Pantanal houve um aumento de 15,7% na área desmatada entre 2020 e 2021 (Mapbiomas, 2021).

Cientes da importância de uma fiscalização efetiva para combater os ataques às áreas preservadas, os órgãos ambientais foram atacados pelo governo Bolsonaro para privilegiar o agronegócio e grandes mineradoras. Além de falta de recursos humanos necessários para realizar uma fiscalização efetiva, as entidades ambientais enfrentaram corte de verbas e medidas regulatórias que dificultaram suas ações. Sobre essas questões, tratam as unidades 1, 7, 8, 9, 13 e 15.

Na tentativa de denunciar a desestruturação e o enfraquecimento dos órgãos ambientais, e a perseguição sofrida pelos servidores, a Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente (ASCEMA), realizou um dossiê em 2020. O documento denunciava os ataques sofridos pelos órgãos e entidades socioambientais no governo Bolsonaro, os desmontes das instituições públicas, seguido da extinção de setores e cargos de direção deixados vagos, além da falta de critérios técnicos para nomeação de cargos de direção e substituição de servidores de carreira por militares. Esse quadro demonstra a intencionalidade de enfraquecimento da área ambiental no governo da época (Silva *et al.*, 2020).

Como reflexo disso, nos três anos de governo Bolsonaro, houve um aumento de 53% no desmatamento e uma diminuição de 39% nas multas aplicadas pelo Ibama, comparados com o mesmo período dos governos Temer e Dilma (Fakebook.Eco, 2021p). Isso representou a maior taxa de desmatamento desde 2006. No estado do Amazonas, houve o menor número de multas desde 2004, como demonstra as unidades 1 e 15. Mesmo diante dos dados, a secretaria de comunicação da presidência afirmou, em 2021, que o Brasil aplicou mais de 15 mil multas na Amazônia, mas deixou de informar que esse é o patamar mais baixo das últimas duas décadas, como mostra a unidade 15.

O então presidente da República Jair Bolsonaro, também afirmou que os recursos humanos foram dobrados com vistas a zerar o desmatamento ilegal na Amazônia, porém, o número de servidores ativos diminuiu em sua gestão, o que levou ao enfraquecimento da fiscalização ambiental e do número de autos de infração, como demonstrado na unidade 13. O número de autos de infração em 2019/20 foi o mais baixo em duas décadas e a taxa de desmatamento, em 2020, atingiu a maior alta em 12 anos. De janeiro a maio de 2021, as multas aplicadas pelo Ibama caíram 55% em comparação com 2018.

Em contrapartida, a unidade 8, que também aborda a queda na fiscalização, revelou o discurso falacioso da Secretaria de Comunicação (Secom) do governo, ao afirmar que o Brasil é “o país que mais conserva a natureza no mundo e que tem intensificado as ações de fiscalização, enquanto produz alimentos para o mundo todo com sustentabilidade e responsabilidade” (Fakebook.Eco, 2021h, para. 1). Os dados demonstraram que o Brasil é o país que mais desmata florestas primárias, liderando o ranking mundial de perdas de floresta em 2021, tendo como principal motivo as queimadas e a expansão agrícola, é o que revelou a plataforma Global Forest Watch. De todo o desmatamento do planeta em 2021, o Brasil respondeu por 40% (Global Forest Watch, 2021).

Dentro deste contexto de negligência, a violência se faz cada vez mais presente. É importante destacar que, entre 2002 e 2017, o Brasil conquistou o primeiro lugar entre os países que mais matam ativistas e defensores do meio ambiente; em 2018 ocupamos o quarto lugar, revelou estudo realizado pela Global Witness (Alves, 2019). A exemplo disso, no mês de junho de 2022, fomos acometidos com a morte violenta do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, assassinados no Vale do Javari, no Amazonas.

5 Algumas considerações

A questão ambiental no Brasil é atravessada por conflitos e disputas de interesses entre diferentes grupos como indígenas e garimpeiros, grandes mineradoras e extrativistas, pequenos agricultores, quilombolas, comunidades tradicionais e o agronegócio, entre outros. O modelo hegemônico de exploração voltado ao desenvolvimento econômico privilegia os grandes latifundiários e as atividades extrativistas, deixando desprotegidos os grupos mais impactados por essas atividades.

O fortalecimento de representantes do agronegócio e de atividades de exploração ambiental no parlamento brasileiro possibilitou o enfraquecimento das leis ambientais. Consequentemente, houve um aumento dessas atividades sem a devida regulamentação e fiscalização necessárias para minimizar os impactos no ambiente e nas comunidades. A degradação ambiental gerada por essas atividades impacta diretamente no modo de vida das populações e coloca em risco a sobrevivência de várias espécies. Os povos e comunidades buscam resistir aos ataques incessantes que têm como pano de fundo a apropriação de terras preservadas para a conversão em grandes monoculturas.

Os dados referentes ao desmatamento revelaram que o ex-presidente Jair Bolsonaro não demonstrava interesse na preservação das florestas. Ao contrário, ficou explícito seu interesse na destruição ambiental evidenciado pelos registros acumulados durante sua gestão e pelos boicotes aos órgãos de fiscalização ambiental. Desde sua eleição que o Governo Bolsonaro e o Congresso Nacional trabalharam orquestradamente na construção de uma política que atendesse aos interesses do agronegócio e facilitasse ainda mais a exploração ambiental. Os constantes ataques aos órgãos ambientais e a perseguição aos servidores foi uma das estratégias utilizadas pelo governo.

Além disso, foi possível observar que a legislação ambiental foi flexibilizada de maneira a atender os interesses privados, o que dificultou a fiscalização e facilitou a ocorrência de crimes ambientais sem a devida criminalização. Uma das formas encontradas pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi descaracterizar e esvaziar o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), restringindo a participação de entidades do setor civil e concentrando grande parte das vagas a membros do governo federal. Situação que conduziu a um enfraquecimento na tomada de decisões e fortalecimento da desregulamentação da proteção ambiental.

As narrativas do então presidente e da sua equipe ministerial demonstraram que estavam dispostos a fazer o possível para favorecer o crescimento do agronegócio e promover um desmonte na política ambiental brasileira. Mesmo diante da intensificação do colapso climático, que traz consequências sérias para todas as formas de vida e tem levado diversos países a se unirem na tentativa encontrar estratégias para mitigar a emissão de gases do efeito estufa, o Brasil negligenciou a emergência atual e insistiu em não tomar medidas de enfrentamento a essa problemática.

As checagens analisadas acenaram sobre a manipulação dos dados, principalmente por membros do governo federal, que buscou “passar a boiada”* com a aprovação da sociedade civil. Aprovação essa obtida por meio da manipulação e fabricação de notícias fraudulentas que geram desinformação.

Diante dessa situação alarmante e, na tentativa de esclarecer os fatos, muitos cientistas, jornalistas, membros da sociedade civil, influenciadores digitais, pesquisadores e outros, buscaram trazer um pouco de luz à manipulação intencional, utilizando-se dos meios digitais para contrapor às mentiras fabricadas. Percebemos a importância dessas ações diante da quantidade de informações falsas compartilhadas. Porém, nem todos/as têm acesso ou não buscam os veículos de checagem da informação e acabam acreditando e disseminando conteúdos falaciosos.

Embora não seja um fenômeno novo, a repercussão e o alcance se ampliaram devido à instantaneidade com que as notícias chegam às pessoas. Diante disso, torna-se imprescindível fomentar o debate sobre a importância de verificar as informações antes de serem compartilhadas, além de incentivar uma educação científica que demonstre as consequências da produção e do compartilhamento de informações falsas para a sociedade.

Referências

ALVES, J. E. D. O Brasil é o país que mais mata e desmata no planeta. **Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho**, CEE, FIOCRUZ. 2019. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=O-Brasil-e-o-pais-que-mais-mata-e-desmata>

ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. S. Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, p. 265-277, 2009.

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos avançados**. v. 34, n. 100, 2020.

BOULTON, C. A.; LENTON, T. M.; BOER, N. Perda pronunciada da resiliência da floresta amazônica desde o início dos anos 2000. **Nature climate change**, v. 12, p. 271-278, 2022.

BOURSCHEIT, A. Desmatamento na Amazônia aumentou em 22% em 2021 e é o maior em 15 anos. **INFOAMAZONIA**. Disponível em:

<https://infoamazonia.org/2021/11/19/desmatamento-amazonia-aumento-maior-15-anos-prodes/>

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade. Est.**, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

FAKEBOOK.ECO. **Sob Bolsonaro, multas do Ibama caem para menor nível em duas décadas** (2021a). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/sob-bolsonaro-multas-do-ibama-caem-para-menor-nivel-em-duas-decadas/>

FAKEBOOK.ECO. **Soja da Amazônia não é “livre de desmatamento”** (2021b). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/soja-da-amazonia-nao-e-livre-de-desmatamento/>

FAKEBOOK.ECO. **Com fogo em alta e multas em baixa, governo aborta operação militar na Amazônia** (2021c). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/com-fogo-em-alta-e-multas-em-baixa-governo-aborta-operacao-militar-na-amazonia/>

FAKEBOOK.ECO. **Projeto ambiental de R\$ 500 milhões não sai do papel há dois anos** (2021d). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/projeto-ambiental-de-r-500-milhoes-nao-sai-do-papel-ha-dois-anos/>

FAKEBOOK.ECO. **Bancada ruralista divulga informações falsas em defesa da “regularização fundiária”** (2021e). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/bancada-ruralista-divulga-informacoes-falsas-em-defesa-da-regularizacao-fundiaria/>

FAKEBOOK.ECO. **Carla Zambelli espalha dados falsos sobre Amazônia em live** (2021f). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/carla-zambelli-espalha-dados-falsos-sobre-amazonia-em-live/>

FAKEBOOK.ECO. **Salles mente sobre orçamento e Fundo Amazônia em audiência na Câmara** (2021g). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/salles-mente-sobre-orcamento-e-fundo-amazonia-em-audiencia-na-camara/>

FAKEBOOK.ECO. **É falso que fiscalização ambiental foi “intensificada”, como afirma governo Bolsonaro para rebater The Economist** (2021h). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/e-falso-que-fiscalizacao-ambiental-foi-intensificada-como-afirma-governo-bolsonaro-para-rebater-the-economist/>

FAKEBOOK.ECO. **Sob Bolsonaro, “congelamento” de propriedades na Amazônia cai 85%** (2021i). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/sob-bolsonaro-congelamento-de-propriedades-na-amazonia-cai-85/>

FAKEBOOK.ECO. **Mourão reduz a própria previsão da meta de desmatamento** (2021j). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/mourao-reduz-a-propria-previsao-da-meta-de-desmatamento/>

FAKEBOOK.ECO. **Leite repete Salles e desinforma sobre combate ao desmatamento** (2021i). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/leite-repete-salles-e-desinforma-sobre-combate-ao-desmatamento/>

FAKEBOOK.ECO. **Embaixada brasileira em Washington espalha desinformação sobre incêndios florestais** (2021m). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/embaixada-brasileira-em-washington-espalha-desinformacao-sobre-incendios-florestais/>

FAKEBOOK.ECO. **Brasil é o quarto maior emissor histórico de CO₂, confirma estudo** (2021n). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/brasil-e-o-quarto-maior-emissor-historico-de-co2-confirma-estudo/>

FAKEBOOK.ECO. **Bolsonaro volta a mentir na ONU sobre meio ambiente** (2021o). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/bolsonaro-volta-a-mentir-na-onu-sobre-meio-ambiente/>

FAKEBOOK.ECO. **Em 3 anos, multas caem 39% e desmatamento sobe 53%** (2021p). Disponível em: <https://fakebook.eco.br/em-3-anos-multas-caem-39-e-desmatamento-sobe-53/>

FEARNSIDE, P. M. “Exploração Mineral na Amazônia Brasileira: o custo ambiental”. In: CASTRO, Edna Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do. **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 35-42. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jondison-Rodrigues/publication/339913737_O_Capital_Internacional_na_Amazonia_a_exploracao_do_caulim_pela_Empresa_Imerys_em_Barcarena/links/5e6bb267a6fdccf994c63f19/O-Capital-Internacional-na-Amazonia-a-exploracao-do-caulim-pela-Empresa-Imerys-em-Barcarena.pdf#page=36

FERRARI, P.; BOARINI, M. A desinformação é o parasita do século XXI. **Organicon.**, v. 17, n. 34, set./dez. 2020.

FONSECA, B. *O que é fact-checking?* **Agência Pública**. 21 jun.2017. Disponível em: <https://apublica.org/checagem/2017/06/truco-o-que-e-fact-checking/>

GREENPEACE BRASIL. **Cai a floresta, cresce o pasto**. 2019 Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cai-a-floresta-cresce-o-pasto/#:~:text=Em%202009%2C%20investiga%C3%A7%C3%B5es%20feitas%20pelo,regi%C3%A3o%20C3%A0s%20custas%20da%20floresta>

MAPBIOMAS. **Relatório Anual de Desmatamento 2021 - São Paulo, Brasil**. MapBiomas, 2022. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de *fake-news* políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, n. 41, mai/ago 2019.

RECUERO, R.; SOARES, F. B. O discurso desinformativo sobre a cura do COVID-19 no twitter: estudo de caso. **E-compós**. 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127>

RODRIGUES, T. C. M.; BONONE, L. M.; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news? **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 3, p. 30-52, dez. 2020.

SAMPAIO, C. **Inpe**: Amazônia tem aumento de 21,97% no desmatamento em 2021. Fortaleza: Brasil de Fato, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/19/inpe-amazonia-tem-aumento-de-21-97-no-desmatamento-em-2021>

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012.

SHALDERS, A. Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou as regras ambientais. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652>

SILVA, H. M. R. et al. **Cronologia de um desastre anunciado**: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. Brasília: ASCEMA, 2020. Disponível em: http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf

SOBRINHO, Wanderley Preite. Dados desmentem Bolsonaro e apontam recorde de desmatamento na Amazônia. **UOL Notícias**. São Paulo. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/20/elon-musk-jair-bolsonaro-desmatamento-amazonia-satelites-inpe.htm>

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. 608 p. São Paulo: Elefante, 2020.

World Health Organization (WHO). Infodemic (2022). Disponível em: https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1

YANNOULAS, S. C.; ASSIS, S. G.; FERREIRA, K. M. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 329-351, maio/ago. 2012.

ZANATTA, R. A. F. *in*: SANTOS, J. V. Economia política da desinformação é a principal ameaça à democracia. **Instituto Humanas Unisinos**. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/585561-economia-politica-da-desinformacao-e-a-principal-ameaca-a-democracia-entrevista-especial-com-rafael-zanatta>

* BBC News Brasil. Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou as regras ambientais. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364652> Acesso em 20 set 2022.